

# REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: uma teoria para a sociologia?'

Márcio S. B. S. de Oliveira

## Resumo

O objetivo deste trabalho é mostrar, primeiro, como, e talvez porque, o conceito de representações sociais necessitou distanciar-se da sociologia em sua trajetória de afirmação científico-epistemológica. Em seguida, desenvolver teoricamente e mostrar, através da análise de alguns trabalhos que utilizam o quadro teórico-metodológico proposto pela teoria, como este distanciamento está na raiz das dificuldades teóricas e práticas que a Teoria das Representações Sociais (TRS) vem encontrando para explicar as origens sociais das representações, ou seja, para qualificar sociologicamente as representações. Finalmente, procura indicar a existência de compatibilidade entre esta teoria e os pressupostos da atividade sociológica, insistindo que **ela**, por tratar de fenômenos sociais, de fato assume implicitamente a existência *a priori* da sociedade.

## Palavras-chave

Teoria das Representações Sociais. Teoria sociológica. Teoria do conhecimento.

## SOCIAL REPRESENTATIONS: a theory for sociology?

## Abstract

This paper intends to show how, and perhaps why, the concept of social representations needed to move away from Sociology in his search for epistemic

---

1 Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada na III Jornada Internacional sobre Representações Sociais, Rio de Janeiro (2 a 5 set. 2003). Agradeço aqui as críticas e sugestões feitas, antecipando que as modificações introduzidas são de minha inteira responsabilidade.

recognition. After analysing some works which adopted the methodological framework proposed by this theory, we show how that early separation is at the core of some difficulties which Social Representation Theory (SRT) has been facing for explaining social representation from a sociological perspective. However, in the end, we conclude that there is not an unsurmountable split between SRT and Sociological Theory, for the constitution of the former actually assumes the reality of society.

### **Keywords**

Social representations. Sociological theory. Sociology of knowledge.

Pode parecer impreciso colocar um ponto de interrogação ao final desta frase-título. Afinal, a Teoria das Representações Sociais<sup>2</sup> tem por fundamento analisar como grupos sociais ou indivíduos em processo de interação social representam, ou seja, tornam familiares, dotadas de sentido novas e antigas situações e objetos. Assim fazendo, os atos que envolvem o "tornar familiar ou dotar de sentido objetivo situações e objetos" criam formas de exprimir realidades e produzem conhecimento. Numa palavra, o processo de produção de conhecimentos sobre a realidade é o fundamento primeiro e último do processo de representação. Estes conhecimentos ou representações servem de guia para que grupos e indivíduos compreendam novas situações, se insiram nas redes sociais e saibam se conduzir no mundo. Frutos de processos de interação social, estes conhecimentos produzidos supõem a existência da sociedade no sentido que Durkheim (1978) atribui a este termo. No campo da sociologia, uma área específica, a sociologia do conhecimento, trata do mesmo assunto, trabalhando com os condicionantes sociais que permitem ou que explicam a produção de conhecimentos ou, se quisermos, de representações sobre a realidade.

Num outro registro, é possível dizer que a TRS é historicamente oriunda da necessidade de se compreender as raízes sociais do comportamento individual ou coletivo. Moscovici (1989) afirma que, ao procurar as referências

---

<sup>2</sup> Como teoria das representações sociais estamos nos referindo às proposições clássicas de S. Moscovici desenvolvidas em *A representação social da psicanálise* e às correntes etnográfica e sociológica da mesma teoria desenvolvidas por D. Jodelet e W. Doise, respectivamente (vide bibliografia). Neste texto utilizarei a abreviatura TRS.

epistemológicas para as representações sociais, encontrou a contribuição de clássicos das ciências sociais - Durkheim e Lévi-Bruhl - que, cada um à sua maneira, insistiram na predominância dos fatos sociais sobre o comportamento individual. Farr (1994) afirma que dentro da tradição germânica essas raízes sociais faziam referência à idéia de "civilização" e não apenas àquela de "sociedade", apontando aí para o risco incorrido quando se segmenta nacionalmente as raízes sociais dos comportamentos. Mas, para além da questão das raízes sociais dos comportamentos, esse autor insistiu na necessidade de entender também os processos de "transmissão" ou de "partilha" de comportamentos. Partindo desses pressupostos, como pensar que a TRS não possa ser útil à sociologia?

O fato é que, à diferença da sociologia - em especial da sociologia durkheimiana, para a qual as representações coletivas demonstravam a existência da sociedade e da própria sociologia, enquanto as representações individuais seriam objeto da psicologia - , a moderna TRS afirma que toda realidade social, todo conhecimento, enfim, toda representação social é produto, é objeto construído. Este objeto "social", ao contrário da "sociedade", não seria um dado da realidade, mas antes o resultado de uma postura teórica, de uma proposta metodológica e, é claro, da interpretação do pesquisador. Assim, seria somente no processo de interpretação das representações, ou seja, no processo que começa antes e termina após o levantamento dos dados (das representações efetivas), que "incide o resgate do contexto cultural, histórico, político para a produção das RS, para a produção de sentido, para a comunicação" (ARRUDA, 2002, p. 18).

Tem-se aí uma controversa questão. De fato, o caráter 'incidental' dos fatores sociais (políticos, históricos etc.) tem sido objeto de viva polêmica entre cientistas humanos e, em especial, entre a sociologia e a psicologia social, no seio da qual a TRS desenvolve-se. É comum ouvirmos que nem sempre se fala a mesma língua quando se pensa em "fatores sociais", ou nem mesmo quando se pensa em sua dimensão apriorística no seio dos processos de interação social. Da mesma forma, nem sempre a idéia de sociedade é reconhecida de antemão por psicólogos sociais. Portanto, embora haja algum consenso entre o que se entende por "fatores sociais" ou por sociedade, deve-se reconhecer que há também divergência; enfim, há um ou alguns "mas" no meio do caminho. Sendo lícito antepor um "mas", isto é, antepor uma conjunção que exprime restrição à pergunta deste trabalho, permito-me manter por enquanto o ponto de interrogação ao final do título.

Embora mantendo o título deste trabalho tal e qual, deve-se ter claro que "representações sociais" é uma teoria que vem sendo utilizada para a compreensão dos fenômenos sociais e trata-se ainda, como se verá, de uma teoria que permite

uma outra abordagem dos fatores sociais de posição e de situação', o entanto, só marginalmente a TRS vem sendo usada como instrumento para a análise sociológica. As razões para este fato parecem residir em parte no fato de que a TRS, desde suas origens, tem se desenvolvido, tanto na Europa quanto na América Latina, e em especial no Brasil, a partir de um quadro epistemológico da psicologia social. Além disso, o espaço que ela vem conquistando nas áreas de saúde, meio ambiente, educação e serviço social - como atestam os trabalhos apresentados nos dois últimos encontros sobre representações sociais, ocorridos nas cidades de Florianópolis no ano de 2001<sup>4</sup> e do Rio de Janeiro no ano de 2003<sup>5</sup> - revela a escolha da perspectiva da psicologia social, em detrimento das abordagens antropológica e sociológica. Se assim o é, o relativo desinteresse dos cientistas sociais - brasileiros inclusive - pela TRS auto-explica-se: trata-se de um misto entre um certo desconhecimento e o fato da teoria ser percebida como pertencendo a um outro campo científico.

Quero desenvolver, contudo, uma outra linha de argumentação, cujo ponto de partida é saber se estamos ou não diante de uma teoria para a sociologia, discutindo inclusive em que condições ela pode ser uma ponte teórico-metodológica entre a psicologia social e a sociologia. Para tanto, devem-se considerar algumas questões. A primeira delas é que a definição clássica de "representações sociais" afirma que estamos diante de uma forma de conhecimento socialmente produzida e coletivamente partilhada, conhecimento este onde estão presentes a um só tempo os aspectos cognitivo e social e para o qual a sociedade se toma freqüentemente um dado secundário ou construído (JODELET, 1989). Assim, como operacionalizar seu uso em uma ciência que se construiu sob a égide do reconhecimento *a priori* da estrutura social (ou do sistema social) e do processo de socialização como caminho necessário para, *a posteriori*, compreender as práticas sociais e individuais? Em outras palavras, como a sociologia pode se servir de uma teoria que não aceita previamente a existência da sociedade? Ou que entende que o ator social pode ser previamente separado do sistema social que o envolve? Enfim, como aceitar uma

---

<sup>3</sup> Em relação ao conceito de "situação de vida", ver Ferreira e Raynaut (2002).

<sup>4</sup> Uma amostra destes trabalhos encontra-se na Série Especial Temática da *Revista de Ciências Humanas* (2002).

<sup>5</sup> Ver III JORNADA INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, Livro de Resumos (2003).

teoria que entende ser justo o retomo a um tempo onde a existência da sociedade tinha que ser sempre problematizada antes de ser considerada?

A segunda questão é que os estudos sobre representação social evoluíram significativamente em direção ao levantamento (ou mapeamento) das representações sociais. Graças aos esforços de psicólogos sociais e dos mais diversos profissionais ligados em especial às áreas de educação, de trabalho e de saúde, tanto no continente europeu quanto na América Latina, em termos metodológicos, a teoria encontra-se hoje em condições de produzir ou de fazer surgir representações de um incontável número de objetos e para um igualmente grande número de atores sociais.

a América Latina, em especial, a TRS, além de levantar as representações, tem possibilitado intervenções práticas para a solução de problemas desvendados. Não obstante estes esforços consideráveis, o ato de encontrar significados para as representações que a pesquisa de campo produz permanece ainda uma tarefa para a qual não existe consenso e cuja solução tem sido muitas vezes relegada a programas de computador capazes de estabelecer ligações léxicas (semânticas ou sintáticas) entre os termos e expressões. Assim, enquanto para alguns o sentido das representações sociais está presente nelas mesmas, ou seja, em sua dimensão semântica, outros querem inscrevê-lo na dinâmica temporal ou imaginária dos grupos sociais". Há também aqueles para quem as representações sociais recobrem ao menos quatro subsistemas determinantes, indo da posição do sujeito em relação ao todo até a ideologia, passando pela dimensão psíquica própria a cada individualidade. Como se vê, há controvérsia sobre o que fazer com as representações - Arruda (2002) nomeia isto o "desafio do day after" -, talvez porque se parta do pressuposto de que a pesquisa de campo (a coleta de dados) não implica necessariamente na elaboração de hipótese(s) ou na formulação de um quadro teórico. neste caso, a TRS assemelhar-se-ia a um simples leque de procedimentos metodológicos capaz de iluminar uma realidade social determinada.

Uma última questão merece consideração. Um dos mais importantes teóricos da TRS, o francês Jean-Claude Abric (1994) afirma que o campo das práticas sociais tem sido pouco estudado e que, de maneira geral, os teóricos das representações sociais partem da hipótese segundo a qual as representações determinam as práticas. De fato, não é difícil compreender porque as representações são postas em primeiro plano quando lembramos que a psicologia social é uma

---

<sup>6</sup> Esta possibilidade teórica está em Carvalho. Imaginário e representações sociais (2002).

disciplina científica habituada a analisar situações de interação social em ambientes controlados. Mas quando se trata de estabelecer uma relação entre práticas e representações fora do contexto laboratorial, o mesmo autor sugere três conjuntos de fatores determinantes das práticas sociais: 1) os fatores sociais (ou socioculturais) ligados à memória do grupo; 2) o sistema de normas e valores do indivíduo; 3) os fatores ligados à atividade do sujeito. Enquanto os dois últimos podem ser considerados micro-sociologicamente como situacionais, ou seja, como ligados a situações específicas vividas diretamente pelo indivíduo, o primeiro deles é francamente macro-sociológico, ou seja, diz respeito à posição ocupada numa sociedade específica e às matrizes socioculturais de interpretação que, por sua vez, são construídas pelos agentes de socialização: Estado, igreja, escola, família, sindicato etc. Concluindo, seguir a teoria de Abric (1994) significa considerar que a sociedade existe antes e depois das representações e não como um "dado secundário" ou "construído", como se aludia há pouco. Neste caso, as representações não seriam simplesmente um guia para a ação em uma sociedade que se constrói, mas também práticas socialmente cristalizadas. No sentido inverso, as práticas sociais seriam representações em movimento. Os termos comporiam assim uma relação dialética, indissociável, sem início ou fim, sem determinantes nem determinados.

Em resumo, a TRS está diante de três questões centrais que têm um mesmo denominador comum e uma mesma incógnita: a sociedade. Retomando, seja, como na primeira delas, na dificuldade em reconhecer sua existência *apriori*; seja ainda, como na segunda, na dificuldade em qualificar sociologicamente as (atribuir sentido social às) representações sociais; seja enfim, como na terceira, na dificuldade em definir os fatores sociais (ou socioculturais) próprios à memória do grupo e em medir que peso estes fatores têm na determinação da recíproca relação entre representações sociais e práticas; toma-se claro que a TRS trabalha com uma variável ainda pouco definida teoricamente": os fatores sociais ou, em termos genéricos, a sociedade. Paralelamente a isso, uma questão de suma importância se impõe: para a sociologia, a sociedade não é uma variável, mas uma constante; a sociedade aí está, não precisa ser construída.

---

<sup>7</sup> Arruda (2002, p. 21) confirma que a TRS tem tentado uma saída com "outros construtos teóricos: minorias ativas, imaginário, gênero [...]", para concluir que ela "[...] ainda deve este desenvolvimento teórico para responder à sua vocação."

Posta a discussão nestes termos, o objetivo deste trabalho é, primeiro, mostrar como, e talvez porque, o conceito de representações sociais necessitou distanciar-se da sociologia em sua trajetória de afirmação científico-epistemológica. Em seguida, desenvolver teoricamente e mostrar, através da análise de alguns trabalhos que utilizam o quadro teórico-metodológico proposto pela teoria, como este distanciamento está na raiz das dificuldades teóricas e práticas que a TRS vem encontrando para explicar as origens sociais das representações, ou seja, para qualificar sociologicamente as representações. Finalmente, procurar indicar a existência de compatibilidade entre a TRS e os pressupostos da atividade sociológica, insistindo que ela, por tratar de fenômenos sociais - o que permite sua compreensão enquanto teoria sociológica -, de fato assume implicitamente a existência *a priori* da sociedade.

### Representações sociais e sociologia: um fecundo distanciamento

Ao nos aproximarmos das origens da TRS com Serge Moscovici (1978), forçoso é reconhecer a luta por emancipação que ela travou contra certos princípios básicos da atividade sociológica e contra sua própria história no seio da sociologia clássica. Tal qual um filho que, ao clamar por identidade e liberdade, tende a rejeitar suas origens e o legado de suas tradições familiares, o conceito de Representações Sociais talvez tenha agido da mesma maneira em relação ao conceito que o precedeu e que o inspirou, qual seja, o conceito de Representações coletivas, criado por Durkheim (1978) na última década do século XIX. Em *As regras do método sociológico*, obra publicada originalmente em 1895, Durkheim afirmou:

- As Representações coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que os afetam. [...]
- Para compreender a maneira pela qual a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a envolve, deve-se considerar a natureza da sociedade e não a dos seus indivíduos particulares. (DURKHEIM, 1978, p. XVII, tradução minha).

Analisando estas duas afirmações percebe-se que a sociedade em Durkheim era formada por um conjunto de membros que, mesmo estratificados nas diversas instituições e/ou categorias sócio-profissionais, tinham como padrão de conduta um número limitado de princípios morais (uma moral) em comum. Estes princípios morais estavam na base do "indivíduo" durkheimiano. Em consequência, o conceito

de Representações coletivas era associado aos ideais, valores e sentimentos, enfim à idéia de "consciência coletiva" própria a cada sociedade.

Resumidamente, o termo "coletivas" resgatava a dimensão do todo em detrimento da visão das partes; resgatava aquela noção de coletividade ou de comunidade onde a posição e a função das partes é definida a partir do todo. Neste caso, a ação dos indivíduos e dos pequenos grupos era sempre entendida como subproduto negativo da estrutura social. Faz-se o que se deve fazer; representa-se um papel social; age-se em função do grupo em sacrifício de interesses e desejos individuais, seja de forma inconsciente, seja de forma consciente. O conceito de Representações coletivas, portanto, assemelhava-se ao conceito de cultura da tradição anglo-saxônica. Tratava-se de um referencial comum, uma baliza capaz de conferir sentido e limitações aos produtos sociais do grupo social.

Esta mesma linha de raciocínio, o termo "coletivas" podia ser facilmente associado à idéia de comunidade. Contudo, o termo "comunidade" se prestava melhor à compreensão das sociedades ditas simples, em oposição às sociedades ditas complexas, por uma razão básica: percebia-se nas primeiras uma forma de agir estática e circular, o que reforçava a dicotomia tão comum entre os termos de comunidade e sociedade. Trabalhos como os de Ferdinand Tönnies (*Comunidade e sociedade*) e Lévi-Bruhl (*Mentalidade primitiva*) atestam a vitalidade desta forma de estratificar e compreender os diversos grupos sociais e suas representações. Não seria por acaso que Lévi-Bruhl muito inspiraria Moscovici a reconhecer a ocorrência de representações plurais coexistindo numa mesma sociedade, num mesmo grupo social e mesmo num único indivíduo singular, descoberta para a qual empregaria o termo de *polifasia cognitiva*.

Mas voltando à nossa discussão entre os termos "coletivas" e "sociais", o termo "coletivas", ou melhor, o sentido de um princípio comunitário agindo coercitivamente por sobre as consciências individuais, certamente não teria logrado tanto sucesso nem teria criado tamanha jurisprudência científica se tivesse sido adstrito ao conjunto das sociedades ditas simples. Foi exatamente isto que Durkheim percebeu em *A Divisão do trabalho social*, já aí revelando seu interesse em falar das representações coletivas enquanto instituições sociais próprias das sociedades modernas. A possibilidade de fazer migrar o conceito das sociedades tribais para as sociedades modernas e industriais foi realizada porque o sociólogo francês conseguiu identificar no seio das últimas algumas instituições que agiam coletiva e coercitivamente sobre o conjunto dos indivíduos. Deste momento em diante, a unidade de análise nas sociedades modernas passava a ser definitivamente as

"instituições". A noção de sociedade surgia então como "um conjunto de instituições". A conclusão deste esforço intelectual não foi outra senão que a sociedade moderna, embora mais diversa e complexa que suas congêneres "simples", também definiu a sua estrutura a partir do todo.

Foi exatamente contra a idéia de uma sociedade independente das vontades individuais que se insurgiram clássicos da sociologia, em especial aqueles ligados à perspectiva weberiana. Focalizando sua análise sobre os diversos sentidos subjetivos ligados às ações sociais, defenderam que as representações, as ideologias, a consciência, enfim, dependiam da "cultura" ou da "civilização". Já na corrente marxista, tratou-se de transformar o sistema algo mecânico de Durkheim em uma estrutura social complexa e dialética, embora bastante influenciada pelas idéias (pela ideologia) da classe dominante. Embora possamos arrolar outros sociólogos que também fizeram oposição ao raciocínio um tanto mecanicista de Durkheim, interessa-nos aqui observar como Moscovici reagiu ao velho mestre, ao propor o conceito de Representações Sociais.

O desejo de abordar o mesmo conjunto de fenômenos sociais, por um lado - fato que se confirma pela semelhança entre o termo "coletivas" empregado por Durkheim e o termo "sociais" escolhido por Moscovici - , aliado à imperiosa necessidade de compreender uma sociedade bem mais complexa e dinâmica, por outro, servem de hipótese para compreender as razões pelas quais Moscovici optou por um novo conceito: representações sociais.

Segundo o autor, não se tratava de uma mudança meramente semântica - de fato, semanticamente há pouca diferença entre os dois termos, em essência indicativos de associações plurais - , mas da qualidade que seu novo substantivo deveria aplicar, não diretamente ao termo representações, como se poderia supor, mas à sociedade que pensa e representa. Ao migrar de "coletivas" para "sociais", Moscovici entendeu qualificar de outra forma o termo "representações". De fato, o segundo substantivo, numa expressão qualquer, funciona como adjetivo, qualificando e normalmente tomando mais preciso o sentido do primeiro. Utilizando o termo "sociais" depois do termo "representações", o psicólogo francês não fugiu a esta regra. Sociais seriam, para ele, a forma de ser e o modo de produzir sentido em uma sociedade feita de associações plurais. Além disso, produzir representações implicava não apenas refletir imagens sociais gerais, mas sobretudo adquirir e comunicar conhecimentos. Significava, enfim, criar identidades; constituir a própria sociedade.

Resultou disso, inicialmente, o termo de *société pensante*, que ele forjou,

indicando que, no interior da grande sociedade, existiriam diversas sociedades que pensam e representam; que adquirem e que comunicam conhecimentos. Claro estava que o conceito de sociedade para Durkheim definitivamente não era aquele empregado por Moscovici. Mas um denominador ainda os unia: ambos queriam entender os fenômenos sociais.

Procurando demonstrar que nenhum corpo social podia ser tomado como um dado geral *a priori*, Moscovici optou por trabalhar com representações dos grupos sociais que existem dentro daquilo que se convencionou chamar de sociedade. Quando da publicação de sua obra clássica *La psychanalyse, son image et son publique*, em 1961/1976- livro cujo título em português, *A Representação social da psicanálise* (1978), não deixa dúvidas quanto a seu conteúdo- o autor afirmou: 1) entre o que se acreditava cientificamente que era a psicanálise e o que a sociedade francesa entendia por ela, existia um intermediário de peso, as representações; 2) essas representações não eram as mesmas para todos os membros da sociedade, mas dependiam do perfil sociocultural do grupo onde o indivíduo estava inserido; 3) no caso de novas situações ou objetos como a psicanálise, o processo de representar apresentava uma seqüência lógica: tomar os objetos não-familiares (novos) em objetos familiares através de um duplo processo, então intitulado *amarração* - no sentido de amarrar um barco a um porto seguro, conceito que logo evoluiu para o conceito de *ancoragem* - e *objetivação*, processo no qual indivíduos ou grupos acoplavam imagens reais, concretas e compreensíveis, retiradas de seu cotidiano objetivo, aos novos esquemas conceituais com os quais tinham que lidar. Em suma, Moscovici afirmava que representar era um processo de produção de conhecimento que funcionava como que rolando por sobre estruturas sociais e cognitivas locais e que, portanto, era fundamentalmente variável.

Em definitivo, neste trabalho sobre *psicanálise*, o objetivo perseguido por Moscovici foi o de estabelecer uma relação, uma certa homologia, entre situação social e o sistema cognitivo. Como procurou demonstrar, analisando o conteúdo e a forma como a imprensa escrita francesa se referia à psicanálise - num caso clássico de análise de discurso - , distinguiu ao menos três grupos sociais (três sociedades) coexistindo no interior da grande sociedade: aquele dos católicos, aquele dos comunistas e um terceiro dos profissionais liberais. Cada um desses grupos (dessas "sociedades") produzia representações distintas sobre o mesmo fenômeno. Estas representações eram mais facilmente compreensíveis quando levado em consideração - eu resumo bastante - o contexto social primário onde surgiam. Daí a idéia de uma "correspondência" - este é o termo empregado por Moscovici na

obra supracitada - entre situação social e sistema cognitivo.

Concluindo, através desta obra Moscovici demonstrou que as representações derivam não da sociedade, ou seja, de uma única sociedade, mas, melhor dizendo, das sociedades que existem dentro da grande sociedade, seja ela nacional ou global.

Em *Psychologie des minorités actives* (1979), Moscovici chamou atenção sobre como os processos de mudança social eram influenciados não apenas por grupos majoritários, mas também por grupos minoritários ou por minorias. Já em *La machine à faire de dieux* (1988), chamou a atenção para o esquecimento da dimensão psicológica no seio das teorias sociológicas tradicionais. Segundo o autor, as últimas insistiam em considerar relevantes apenas as causas sociais. Em um e noutro livro, Moscovici trabalhou pelo reconhecimento de processos de mudança social levemente autônomos do sistema social e mais dependentes das ações dos indivíduos (mesmo minoritários) e de suas "situações sociais". O impacto que estas teorias causariam sobre a teoria sociológica não seria dos menores. De fato, a partir de Moscovici, esta última estaria assistindo a uma nova forma de compreender a dinâmica social. Uma forma que, curiosamente, se afastava da sociologia para resgatar um certo olhar sociológico. Era, pode-se dizer, o distanciar-se de uma certa sociologia para conservar a abordagem sociológica.

A TRS proposta pelo psicólogo francês inaugurou uma nova maneira de olhar a sociedade. Contudo, para operacionalizar esta "nova maneira", as ferramentas teóricas de análise ainda não se encontravam totalmente refinadas. Faltava-lhe redefinir o termo sociedade e redimensionar a importância dos fatores SOCIAIS.

## Representações: ancorando os fatores sociais

Segundo Sandra Jovchelovitch (1995, p. 66), o "social tem sido uma categoria problemática em Psicologia Social". Entre ser apenas mais uma variável e ser - desculpem-me a brincadeira com as expressões - uma espécie de "tapa-buracos" para os "furos" de teorias mais individualizantes, o social surgia sempre como um problema mais do que como uma solução. Afinal, determinariam ou não determinariam os processos sociais?

A TRS tem encontrado dificuldades em - peço licença aqui para tomar emprestado este termo que muito me agrada - "ancorar" sociologicamente as

representações identificadas, ou seja, de encontrar a sociedade em relação à qual elas falam. A hipótese é que há uma certa distância entre mapear/identificar representações e compreender os processos sociocognitivos que levam a seu surgimento, de um lado, e contextualizar os fatores sócio-históricos que as envolvem, de outro. Enquanto o primeiro processo encontra-se bem desenvolvido, o segundo, próximo àquele que é realizado normalmente pela sociologia do conhecimento, nem tanto. A perspectiva teórica, neste segundo processo, seria semelhante àquela desenvolvida por Berger e Luckmann, em *A construção social da realidade* (1983), quando foi afirmado que a sociedade é construída socialmente tanto objetiva quanto subjetivamente.

Olhando hoje os temas sociais onde aparecem os estudos de RS, uma constatação deve ser feita: trata-se de estudar fenômenos sociais, de compreendê-los suas representações, sua lógica cognitiva e de medir os impactos sociais produzidos por estas representações. Não obstante, em muitos casos, pesquisadores no campo das RS têm se contentado em levantar ou mapear as representações para apenas, e pouco freqüentemente, num segundo momento, tentar qualificá-las.

Utilizando técnicas sofisticadas - entrevistas, questionários, lista de evocações, associação livre, freqüências, pares semânticos, análise de discurso, esquemas cognitivos de base, núcleo central, unidades de sentido, procedimento de classificações múltiplas (PCM), análise fatorial, observação, técnicas não-verbais, entre outras - e softwares de alta performance (ALCESTE, EVOC), estes pesquisadores têm conseguido bons resultados à resposta-título de seus trabalhos, qual seja: saber quais são as RS que talou tal outro grupo tem deste ou daquele objeto. Contudo, quando se trata de compreender os significados, as razões, os porquês de talou tal outra representação, observam-se duas situações singulares. Na primeira, renuncia-se, ou seja, adia-se *sine dia* a compreensão das representações a uma outra etapa da pesquisa." Já na segunda, recorre-se às técnicas dos pares de palavras, da freqüência, da ordem de evocação, da análise fatorial ou

---

<sup>8</sup> Esta distância, segundo Moscovici, adviria do fato de que, na formação universitária, os futuros psicólogos receberiam "[...] no instruction in sociology or anthropology." Apud MUCHI-FAINA, A.; CRESPI, F. Le rapport entre psychologie sociale e sociologie. (In: BUSCHINI; KALAMPALIKIS, 2001, p. 126).

<sup>9</sup> Celso P. de Sá (1998, p. 70-71) compartilha desta posição e a transforma numa recomendação aos jovens pesquisadores.

a qualquer outra técnica estatística para, aí sim, realizar uma compreensão semântica dos termos encontrados, ora sim, ora não contextualizados (ou simplesmente emoldurados) sociologicamente.

Conforme nos alerta Arruda (2002), atrelando a interpretação aos procedimentos metodológicos, alguns pesquisadores estão reduzindo a análise das RS a um conjunto de técnicas e procedimentos que, acrescente-se, não tem nem função explicativa nem pretensão de estabelecer qualquer relação lógica entre o grupo, suas práticas e suas representações. Neste caso, os sentidos das RS surgem como que por encanto, aparentemente sem nenhuma escolha teórica anterior. Concluindo, quando se trata da qualificação, ou seja, de definir o sentido das RS ou de definir as razões que levam um determinado grupo a representar desta ou daquela maneira, parece haver mais dúvidas do que certezas, mais interrogações do que respostas.

Retomando, Moscovici (1978) afirmou que a produção das RS gira em torno de uma ação central - a de transformá-lo "não-familiar" em "familiar" - e de dois processos. O primeiro é o processo de *ancoragem*. Trata-se do processo pelo qual grupos e indivíduos "amarram" o novo objeto em estruturas locais através de uma operação de conversão do "não-familiar" em categorias socialmente reconhecidas ou "familiares". Contudo, o sentido das representações permanece aberto, pois estas novas categorias só são reconhecidas em função de valores e regras sociais não conhecidos do pesquisador, mas pertinentes ao grupo ou ao indivíduo em questão e/ou à sociedade que os envolve. Assim, as categorias que assimilam objetos desconhecidos e os transformam em localmente compreensíveis são definidas dentro do contexto social que as viu nascer.

O segundo é o processo de objetivação. Trata-se do processo pelo qual se descobre o lado real e cotidiano (objetivo e simples) de uma idéia ou de um conceito. Este processo implica em atribuir um sentido não mais que temporalmente válido, no intuito de retraduzir localmente os novos objetos, idéias ou conceitos com os quais se entra em contato; trata-se, enfim, de tornar o abstrato concreto ou objetivo. Não obstante, esbarra-se aqui também no mesmo problema acima apontado. As palavras ou imagens não mantêm o mesmo significado quando o contexto social que as produziu se modifica. Neste caso, que critérios utilizar para definir o significado simbólico e social das imagens utilizadas para tornar compreensíveis os novos objetos? Obviamente, tanto no primeiro quanto no segundo processo, os critérios têm de ser "sociais", ou seja, necessitam de uma teoria da sociedade que os suporte.

Cientes de tal dificuldade, teóricos das RS têm proposto um aprofundamento da alternativa da "ancoragem" e da "objetivação" para determinar o sentido das representações, Examinemo-la com certa brevidade. Tende-se aqui a compreender o indivíduo enquanto membro de grupo(s), considerando sua representação como função de sua afiliação a este(s) grupo(s), incluindo aí as relações intergrupais estabelecidas. Nessa perspectiva encontra-se Doise (1989) que, contudo, tem reservas em relação à hipótese da filiação grupal. Assim, este autor, inspirando-se no sociólogo francês Pierre Bourdieu (2002), preferiu trabalhar com as dimensões "situacional" (posição ocupada pelo indivíduo num determinado campo) e "ideológica" (visão de mundo e valores), numa tentativa de incorporar - tomo emprestado aqui termos da psicologia social - e, às atitudes, os valores sociais e os processos simbólicos. Trata-se de descerao universo psicossocial sem esquecer dos valores sociais e, aí, buscar as razões para tal ou tal outra representação, para este ou para aquele comportamento e prática social.

Wagner (1995), investigando "[00] de que forma as condições sócio-genéticas das representações sociais penetram a teoria" (p. 151), afirma que a dificuldade maior encontrada na tentativa de "ancorar" as RS está relacionada com o nosso problema de articular conceitos e teorias que têm origem em níveis diferentes de avaliação. Com esta afirmação, o autor salienta que a tradução de fatos sociais em universos individuais ou vice-versa não é tarefa fácil e está na raiz da dificuldade em relacionar as explicações sociológicas e psicológicas para um mesmo fenômeno (p. 163 et seq.).

ão por acaso, o esforço empreendido por Jodelet (1989) tomou-se um clássico no gênero. Incorporando às análises das RS a dimensão etnográfica e buscando compreender a totalidade do grupo social em seu *habitat* natural, à maneira dos antropólogos, a autora findou por resgatar *in fine* a rede de significados simbólicos que estruturam as RS. Sem a pretensão de ser exaustivo, faço finalmente referência ao trabalho de Spink (1995b), no qual a autora propõe a possibilidade de ancoragem das representações através do resgate da sociologia, da história e do tempo longo que ela associa ao "imaginário social". Trata-se de unir os "fatores situacionais usualmente associados com o metassistema social - incluindo aí as determinações estruturais e as relações sociais [00]" com "[...] os diferentes tempos históricos que permeiam a construção dos significados sociais" (p. 121).

Em qualquer um dos desdobramentos acima, nota-se o retomo aos princípios explicativos da antropologia, da sociologia e da história. Já o material de análise permanece fundamentalmente aquele normalmente utilizado em qualquer ramo das

ciências humanas, É constituído tanto de atitudes, de "falas" ou de **palavras** evocadas quanto de qualquer outro tipo de documento (gesto, fotografias, texto literário ou jornalístico) produzido diretamente pelo pesquisador ou, indiretamente, pelo recorte de seu trabalho.

Em sentido inverso, diversos estudos iluminam os limites das análises clássicas em RS quando o esforço sócio-antropológico não é levado a seu termo. Começamos pelo estudo de Jodelet (1989). Este trabalho, analisando as representações sobre a AIDS nos EUA, a autora identificava dois tipos de representação: **um** moral e outro biológico. A descoberta desta inserção social das RS foi possível graças ao esforço etnográfico empreendido pela autora. Assim, ela afirma que estes dois tipos se espalham por sobre valores sociais e saberes antigos reativados pela nova situação; mantêm laços com sistemas de pensamento maiores, ideológicos ou culturais, além de se ligarem **também** ao estado dos conhecimentos científicos e à condição social dos indivíduos e grupos. Ora, temos então as RS ligadas desde à ideologia e à cultura, passando pela ciência e pela condição social sem, contudo, maiores precisões.

Em estudos de RS feitos no Brasil, encontramos problemas semelhantes àquele identificado no estudo de Jodelet. Pereira de Sá (1996), num estudo sobre as RS de ciência em grupos de assinantes e não-assinantes das revistas de vulgaridade científica - *Superinteressante* e *GloboCiência* - afirma haver encontrado as mesmas RS nos dois grupos. Em princípio, portanto, a inserção social, a origem social ou a escolaridade seriam fatores de pouca serventia para compreender as RS, tudo como se da leitura, do conhecimento ou mesmo da simples evocação do nome das revistas estudadas derivasse a representação. Contudo, em nenhum momento do estudo nos é apresentada uma classificação sociológica ou antropológica dos grupos em questão para que possamos saber o quão diferentes ou semelhantes são.

Em **um** estudo sobre pentecostais realizado por Pedrinho Guareschi (1995), percebe-se problema semelhante. Após dividir os pentecostais em "antigos" e "novos", o autor afirma que as pessoas que acorrem a estas igrejas são pessoas "[...] simples, que sempre professaram grande religiosidade popular. São os descendentes de negros, índios, mulatos (...]" (p. 219-220). A classificação sociológica do grupo de fiéis, como se observa na citação acima, é vaga. Sendo assim, quando se trata de explicar por que eles têm tal ou tal outra representação, quando se trata de explicar por que os adeptos se **deixam** enganar – o que já pressupõe uma valoração apriorística das práticas sociais estudadas - tem-se

novamente o velho problema: sem uma análise sociológica ou antropológica bem realizada, toma-se bastante difícil compreender as RS.

Em trabalhos sobre as RS da prostituição entre prostitutas (CASTRO, 1995), sobre as RS do trabalho penoso entre motoristas (SATO, 1995), sobre as RS do poder e autoridade entre crianças (GUARESCHI, N. M., 1995), sobre as RS das atividades físicas (ACCIOLY JR., 2002), sobre as RS da sexualidade entre mulheres da terceira idade (FLOR; SCHULZE, 2002), sobre as RS do meio ambiente (SOUZA FILHO, 2002), entre outros, nota-se claramente uma importância enorme dada à descoberta das RS e um trabalho quase intuitivo quando se trata de relacioná-las ao universo social que as viu nascer. Neste processo, ora são estruturas semânticas antigas, arcaísmos que se movem através do tempo e que são reativados, ora é o fenômeno da comunicação de massa, ora ainda é a posição social do indivíduo ou do grupo, ora é a cultura e a ideologia, ora apela-se mesmo para a noção de imaginário, ora, enfim, é tudo isso misturado, enquanto a unidade de análise tanto nas ciências sociais quanto na história - para ficar apenas nestas duas disciplinas - , ou seja, a sociedade, é considerada fator ambiental interveniente no processo cognitivo.

a realidade acima apontada, convém fazer merecida ressalva ao recente estudo de Jovchelovitch (2001) sobre os espaços públicos brasileiros. Neste trabalho, logo às páginas iniciais, a autora, após reconhecer que a psicologia social “[...] tem sido ambivalente, para dizer o mínimo, na sua relação com o social”, afirma que o “social” é “por vezes considerado uma variável, por outras uma ‘influência externa’ [...]”. Esta constatação conduz a autora a navegar com determinação através da antropologia, da história, da ciência política, da psicanálise e, é claro, da psicologia.

Das ciências sociais, Jovchelovitch retira seu principal elemento: os atores sociais. No presente caso, a autora dividiu esses atores em relação às suas esferas de atuação, chegando a uma estratificação que privilegiou: nas “ruas”, a inserção na vida econômica - profissionais liberais e trabalhadores; nos “espaços públicos”, motoristas de táxi, policiais e crianças de rua; na “política”, os parlamentares; e na imprensa, cinco jornais de circulação nacional e duas revistas semanais.

Os procedimentos de coleta de informações foram adequados a cada um dos “atores”. Para os que trabalham nas “ruas”, a autora utilizou a técnica dos grupos focais e pôs, literalmente, o povo a pensar e a falar. Com os parlamentares, foram realizadas entrevistas e o método de análise de conteúdo foi utilizado para os textos jornalísticos. A autora conclui que o “ser brasileiro híbrido” ou o “caráter

brasileiro" historicamente criados num ambiente de autoritarismo levaram a uma indefinição na relação de alteridade entre o Eu e o Outro, e afirma, não mais sociologicamente possível, que as “[...] representações que emergem sobre a esfera pública constroem-se sobre imperativos culturais e históricos da sociedade brasileira”. (JOVCHELOVITCH, 2001, p. 186).

Em conclusão, se a TRS é de um enorme auxílio para o entendimento da influência da dimensão social sobre o sistema cognitivo, sobre as dinâmicas interpessoais e, sobretudo, sobre o processo pelo qual indivíduos e grupos transformam o mundo em um objeto inteligível, aparentemente vem trabalhando com uma variável - a sociedade - tanto insuficientemente definida em termos teóricos e práticos quanto insubstituível, como bem o demonstram os estudos de Jovchelovitch (2001) e de Jodelet (1989). Em consequência, nos encontramos diante de uma teoria que ainda permanece relativamente incapaz de explicar qual o peso da sociedade na formação das representações e práticas sociais.

### **Representações sociais: uma teoria para a sociologia**

Touraine (2001), referência imediata quando se pensa em ação social nas sociedades industriais e pós-industriais, ao reconhecer a enorme contribuição moscoviciana sobre a sociologia, pergunta: como pensar a ação social em um indivíduo "polifásico", ou seja, em um indivíduo que reúne dentro de si várias e não necessariamente contraditórias representações sobre a sociedade? Responde ele que a pluralidade dos atores sociais, reunidos em grupos e categorias cada vez mais autônomos, não teria maculado a idéia da totalidade do corpo social porque isto significaria defender o retomo à sociedade desigual e fragmentada do século XIX. Já Moscovici, eu retomo, afirmou que o estudo das RS sobre *epsican àlise* lhe permitiu resgatar as diversas dimensões do viver em sociedade, colocando em risco a idéia de "totalidade do corpo social".

Este resgate foi demonstrado em três vertentes. Na primeira delas, quando Moscovici acentuou o caráter dinâmico das representações sociais em oposição ao caráter estático e institucional das representações coletivas. Segundo ele, Durkheim, tendo vivido em uma época onde querelas religiosas, revoltas populares e movimentos centrífugos pressionavam um Estado que se consolidava, teria dado natural, porém excessivo crédito aos sistemas unificadores, às formas de ser, pensar e agir aptas a garantir um mínimo de coesão social, relativizando o papel dos dissensos e dos conflitos no interior da sociedade. Sua atenção teria se voltado assim, naturalmente, aos preceitos sociais civis e laicos, desembocando em suas

análise sobre o papel crucial da Educação e do Estado enquanto agentes do processo de socialização e de coesão social. Na segunda vertente, Moscovici procurou demonstrar que do processo de criação de representações não poderiam estar ausentes os aspectos cognitivos. Das representações, portanto, interessou a Moscovici o processo cognitivo tanto quanto aquele propriamente social, numa soma logo intitulada de *cognição social*. As representações, afirmou, deveriam ser compreendidas como fruto de um processo de elaboração, de problematização de um objeto exterior e não como um reflexo no indivíduo de uma matriz coletiva. Neste processo de elaboração surgiu naturalmente a palavra conhecimento, ou seja, as representações deveriam ser consideradas não apenas resultados de características sociais, mas processos criadores, formas de conhecer e de produzir (conhecimento sobre) a realidade. Um conhecimento que mesclava sem grandes problemas linguagem e imagens ou, para utilizar os mesmos termos do psicólogo, as dimensões simbólica e icônica da realidade. Finalmente, na terceira vertente, Moscovici distanciou-se de uma certa sociologia ao enfatizar uma conseqüência maior do viver em sociedade: a comunicação. De fato, as representações são fundamentalmente formas de conhecimento comunicáveis e/ou formas de conhecimento oriundas dos mais diversos processos de comunicação.

Em síntese, à diferença do sociólogo francês do início do século, foi sobre os processos micro-sociais de criação e de comunicação de conhecimentos que se voltou Moscovici. Neste sentido, não mais lhe interessaram os sistemas unificadores totalizantes - como, por exemplo, Estado, Igreja ou ciência - , mas os sistemas consensuais que os grupos sociais criavam cotidianamente no curso de pequenos círculos e cujo efeito prático era a criação de sinergias e identidades que, talvez, contribuíssem para a coesão de blocos maiores.

As representações seriam assim mais *sociais* que propriamente *coletivas*, dada sua dinâmica interna, própria aos grupos sociais e não apenas imposta a eles coercitivamente, como enfatizou Durkheim. As representações sociais, à diferença das coletivas, moldar-se-iam aos múltiplos corpos sociais, surgindo, desaparecendo, orientando, classificando e nomeando novas realidades, enfim, dando vazão ao viver em sociedade. Contudo, da idéia original de representações coletivas, Moscovici conservou o olhar sociológico fundamental segundo o qual a sociedade - ainda que construída - é sempre maior que a soma de suas partes ou membros. Esta equação foi bem explicitada através dos processos de objetivação e ancoragem.

Estes dois conceitos encontram alternativas similares no atual campo da

sociologia. Enquanto ao primeiro pode-se corresponder o conceito de situação (ou de campo), ao segundo pode-se corresponder o conceito de posição. O processo de objetivação supõe, é claro, o indivíduo envolvido por uma estrutura particular, por circunstâncias particulares ou, para falar ainda mais sociologicamente, por uma conjuntura social e política com suas restrições e potencialidades materiais e culturais. *Objetivando*, o indivíduo faz corresponder (às vezes de forma "reduziva") o *não-familiar* ao universo de imagens concretas de seu cotidiano, isto é, de seu espaço ou de sua "situação de vida"<sup>1</sup>; em outros termos, objetiva-se (concretiza-se) em função da situação efetivamente vivida. Claro está que indivíduos numa mesma posição da escala social podem se encontrar - e, de fato, encontram-se - em "situações" distintas conforme a empresa onde trabalhem, o bairro ou o andar do edifício onde morem; conforme os filhos, vizinhos, amigos ou parentes que possuam; ou ainda conforme as redes de sociabilidade que tenham logrado construir.

O processo de *ancoragem* dependeria mais fortemente da posição social do indivíduo. Esta "posição" no seio da pirâmide social cristalizaria toda sua história de vida, sua origem social, seu grau de escolaridade, seu passado, enfim, seu *habitus* (BOURDIEU, 1972; ELIAS, 1994). O conceito de "posição" remeteria, enfim, tanto ao conceito de reprodução econômica, definido por Marx (1982), quanto àquele de reprodução social (material e biológica do grupo) que, para Bourdieu (1982), é função da estrutura de classes aliada ao capital cultural.

Os dois processos (objetivação e ancoragem), agora vestidos pela roupagem sociológica, nada perdem de sua fecundidade teórica. Ao contrário, assim compreendidos, eles permitem que se resgate o conceito de sociedade, seja em sua acepção de sistema social (normalmente presente na literatura sociológica norte-americana), seja ainda em sua acepção de estrutura social (esta mais próxima das correntes sociológicas européias, em especial, francesas). A relação entre "práticas e representações sociais" - objeto do livro de mesmo nome de Abric (1994) - encontra aqui sua formulação sociológica clássica. A semelhança entre os termos utilizados por esse pesquisador da TRS com aqueles utilizados comumente por sociólogos não causa estranheza alguma se levarmos em consideração a natureza social dos atores, reconhecida tanto pela psicologia social quanto pela sociologia.

A história da sociologia poderia ser arrolada como um esforço em estabelecer os elos intermediários dessa relação. Os conceitos de relações sociais

---

<sup>1</sup>É a relação ao conceito de "situação de vida", ver nota n° 3.

de produção, de classe, de estrato ou categorias socioprofissionais, de tipos de ação social, de fato social; ou ainda os conceitos de *habitus* e campo, de poder, de interações sociais ou simbólicas, de sistemas da ação, de papéis sociais, e a lista não é exaustiva, atestam todos a imensa vontade em definir as dimensões a partir das quais indivíduos ou grupos agem coletivamente. Se adicionarmos a estes o aspecto polifásico da cognição social e as várias possibilidades do existir em sociedade, reúne-se num esquema abrangente tudo aquilo que, em princípio, deve ser levado em consideração na análise, direi agora resumindo, de tipo sociológico.

Concluindo, cabe-nos agora a parte do leão, ou seja, construir as pontes que unem posições e situações sociais, RS e práticas sociais. Fazendo isso, talvez consigamos estabelecer, caso a caso e sem determinações apriorísticas, os conceitos intermediários entre estrutura (ou sistema) e indivíduo, sem perder de vista a polifasia cognitiva

## Referências

- ABRIC, J-c. 1994. *Pratiques sociales & représentations*. Paris: PUF.
- ACCIOLY JR., H. 2002. Representações sociais de atividades físicas. *Revista de Ciências Humanas*. Representações sociais: questões metodológicas. Florianópolis: Ed. UFSC, p.195-204. Série especial temática.
- ANADON, M; MACHADO, P. B. 2001. *Reflexões teórico-metodológicas sobre as representações sociais*. Salvador: Ed. UNEB.
- ARRUDA, A. 2002. As representações sociais: desafios de pesquisa. *Revista de Ciências Humanas*. Representações sociais: questões metodológicas. Florianópolis: Ed. UFSC, p. 9-23. Série especial temática.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. 1983. *A construção social da realidade*. Tradução Floriano de Souza Fernandes. 5. ed. Petrópolis: Vozes.
- BOURDIEU, P. 1972. *Esquisse de une théorie de la pratique*. Genebra: Librairie Droz.
- \_\_\_\_\_. 2002. *A produção da crença*. Tradução Maria da Graça Justino Setton. São Paulo: Zouk.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. 1982. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Tradução Reynaldo Bairão. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

BUSCHINI, F.; KALAMPALIKIS, N. 1969. *Santé et maladie: analyse d'une représentation sociale*. Paris: Mouton.

\_\_\_\_\_. (Dir.) 2001. *Penser la vie, le social, la nature: mélanges en l'honneur de Serge Moscovici*. Paris: Ed. MSH.

CARVALHO, I. E. C. de. 2002. Imaginário e representações sociais. *Revista de Ciências Humanas*. Representações sociais: questões metodológicas. Florianópolis: Ed. UFSC, p. 25-33. Série especial temática.

CASTRO, R. V. de. 1995. Representações sociais da prostituição na cidade do Rio de Janeiro. In: SPINK, M. 1. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense. p. 149-187.

DOISE, W. 1989. Attitudes et représentations sociales. In: JODELET, D. (Org.). *Les représentations sociales*. 2. ed. Paris: PUF. p. 220-238.

DURKHEIM, E. 1977. *A divisão do trabalho social*. Tradução Eduardo Freitas e M<sup>a</sup> Inês Santinho. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes. 2 v.

DURKHEIM, E. 1978. *Les règles de la méthode sociologique*. 4. ed. Paris: PUF.

ELIAS, N. 1994. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar.

FARR, R. M. 1995. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em representações sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes. p. 31-59.

FERREIRA, A. D. D.; RAYNAUT, C. 2002. Metodologia do diagnóstico interdisciplinar: a construção de um quadro de trabalho comum. In: Raynaut, C. et al. *Desenvolvimento e meio ambiente: em busca da interdiscip/inaridade. Pesquisas urbanas e rurais*. Curitiba: Editora da UFPR.

FLAMENT, C. 1989. Représentation sociale et nonnativité. In: JODELET, D. (Org.). 2. ed. *Les représentations sociales*. Paris: PUF. p. 204-219.

FLOR, E.; SCHULZE, C. N. 2002. Representações sociais da sexualidade: um estudo com mulheres da terceira idade. *Revista de Ciências Humanas*. Representações sociais: questões metodológicas. Florianópolis: Ed. UFSC, p.

81-94. Série especial temática.

GUARESCHI, P. M. de F. 1995. A criança e a representação social de poder e autoridade: negação da infância e afirmação da vida adulta. In: SPINK, M. J. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense. p. 212-233.

GUARESCHI, P. M. de F. 1995. Sem dinheiro não há salvação: ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em representações sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes. p. 191-225.

GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). 1995. *Textos em representações sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes.

GUARESCHI, P. M. de F. 2001. Representações sociais e esfera pública. Petrópolis: Vozes.

HERZLICH, C. 2001. Les représentations sociales de la santé et la santé en mutation: un regard rétrospectif et prospectif sur la fécondité d'un concept. In: BUSCHINI, F.; KALAMPALIKIS, N. (Dir.) *Penser la vie, le social, la nature: mélanges en l'honneur de Serge Moscovici*. Paris: Ed. MSH. p. 189-200.

JODELET, D. 1989. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: GUARESCHI, P. M. de F. (Org.). *Les représentations sociales*. 2. ed. Paris: PUF. p. 31-61.

JORNADA INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, 3. 2003. Livro de Resumos. Rio de Janeiro: Ed. UERJ. 204 p.

JOVCHELOVITCH, S. 1995a. O estudo empírico das representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em representações sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes. p. 85-108.

JOVCHELOVITCH, S. 1995b. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em representações sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes. p. 63-85.

LEVI-BRUHL, L. 1959. *Les fonctions mentales dans les sociétés inférieures*. Paris: Plon.

LEVI-Strauss, C. 1959. *Mentalité primitive*. Paris: PUF.

MARX, K. 1982 *O capital*. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 7. ed. São Paulo: Difel. livro 2, v. 3.

MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Org.). 2000. *Estudos interdisciplinares de representação social*. 2. ed. Goiânia: Ed. AB.

MOSCOVICI, S. 1978. *A representação social da psicanálise*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar.

\_\_\_\_\_. 1979. *Psychologie des minorités actives*. Paris: PUF.

\_\_\_\_\_. 1988. *La machine à faire de dieux: sociologie et psychologie*. Paris: Fayard.

\_\_\_\_\_. 1989. Des représentations sociales aux représentations collectives. In: JODELET, D. (Org.) *Les représentations sociales*. 2 ed. Paris: PUF p. 62-86.

SÁ, C. P. de. 1996. Núcleo central das representações sociais. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_. 1998. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro. Ed UERJ.

SACHS, Ignacy. 1986. *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2. ed. São Paulo: Vértice.

SATO, L. 1995. A representação social do trabalho penoso. In: SPINK, M. J. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense. p. 188-211.

SOUZA FILHO, E. A. 1995. Análise de representações sociais. SPINK, M. J. (Org) *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense. p. 109-145.

\_\_\_\_\_. 2002. Estudos de representações sociais sobre meio ambiente. *Revista de Ciências Humanas*. Representações sociais: questões metodológicas. Florianópolis: Ed.UFSC, p. 205-213. Série especial temática.

SPINK, M. J. (Org.). 1995a. *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva-da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense.

\_\_\_\_\_. 1995b. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em representações sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes. p. 117-145.

TONNIES, F. 1944. *Communauté et société*. Paris: Retz CEPI.

TOURAINÉ, A. 2001. Le déclin de l'acteur social. In: BUSCHI I, F.; KALAMPALIKIS, N. (Dir.) *Penser la vie, le social, la nature: mélanges en l'honneur de Serge Moscovici*. Paris: Ed. MSH. p. 83-99.

OLIVEIRA, Márcio

WAGNER, W. 1995. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JÜVCHELÜVITCH, S. (Org.). *Textos em representações sociais*. 2. 00. Petrópolis. p. 149-186.